Comunicado de imprensa da FRA
Viena, 13 de novembro de 2025

**EMBARGO: 13 de novembro de 2025 06h00 CET**

# A FRA apela à proteção dos direitos fundamentais à medida que a justiça se digitaliza

**As autoridades judiciárias da Europa estão a abraçar a transformação digital através da adoção de ferramentas de IA, audições à distância e sistemas eletrónicos de gestão de processos. Estes avanços proporcionam oportunidades significativas para melhorar o acesso à justiça e aumentar a sua eficiência, mas o seu êxito depende de garantias sólidas de que respeitem os direitos fundamentais e assegurem a igualdade de acesso à justiça para todos, tal como demonstra um novo relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA). Identificando os riscos antecipadamente, investindo em competências e formação, e incorporando proteções desde o início, os decisores políticos e os profissionais podem construir sistemas de justiça eficazes. Tal permitirá aos profissionais da justiça utilizar as novas ferramentas digitais com confiança e competência.**

O relatório da FRA intitulado *Digitalising justice: A fundamental rights-based approach* (Digitalizar a justiça: uma abordagem baseada nos direitos fundamentais) analisa várias soluções digitais atualmente utilizadas, nomeadamente a utilização da videoconferência em julgamentos, sistemas de gestão eletrónica de processos para agilizar e simplificar procedimentos administrativos, plataformas em linha para acesso público a informações, denúncias de crimes e assistência judiciária, e ferramentas de anonimização e transcrição baseadas na IA.

De um modo geral, os profissionais da justiça e os peritos técnicos entrevistados pela FRA apoiam a digitalização para aumentar a eficiência e colmatar lacunas no acesso à justiça. No entanto, também reconhecem riscos quando os direitos fundamentais, incluindo o direito a um processo justo e à proteção de dados, não são devidamente integrados na conceção e no desenvolvimento dessas ferramentas.

A fim de assegurar que a digitalização da justiça respeita os direitos fundamentais e cumpre a sua promessa de proporcionar uma maior eficiência, o relatório apela ao seguinte:

- **Garantias integradas em matéria de direitos fundamentais:** As ferramentas digitais dos sistemas de justiça são frequentemente concebidas para proporcionar rapidez e eficiência. No entanto, têm também de tornar a justiça mais transparente e acessível e assegurar a igualdade perante a lei. Abordar questões relacionadas com a proteção de dados e a privacidade é essencial, mas não suficiente. As autoridades têm também de avaliar de que forma as soluções digitais afetam todos os direitos fundamentais, incluindo o direito a um processo justo e à não discriminação.
- **Consulta mais ampla das partes interessadas:** Os criadores concebem frequentemente as ferramentas de justiça digital com base nas experiências de uma base restrita de utilizadores, como juízes, funcionários judiciais ou procuradores. Para garantir que estes instrumentos servem verdadeiramente todas as pessoas e são adequados à sua finalidade, a digitalização exige colaboração com as diversas partes interessadas. Tal inclui especialistas em direitos humanos, a sociedade civil e representantes das comunidades afetadas. Garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência exemplifica a importância do design inclusivo para assegurar que as ferramentas atendem às diversas necessidades dos utilizadores.
- **Manutenção de alternativas não digitais e aumento do apoio:** Nem todos têm o mesmo acesso à tecnologia ou às competências necessárias para a utilizar com confiança. Fatores como a pobreza, idade ou educação dificultam o acesso de algumas pessoas aos serviços digitais. Por conseguinte, a dependência excessiva dos serviços digitais pode criar fossos digitais. Para fazer face a esta situação, os procedimentos de justiça tradicionais, não digitais, devem continuar disponíveis enquanto as autoridades investem em medidas destinadas a colmatar o fosso digital. Garantir a igualdade de acesso a processos de justiça digitais e não digitais ajuda a garantir processos justos, uma representação eficaz e que ninguém é deixado para trás.
- **Formação em direitos fundamentais:** Muitas vezes, a formação e o apoio relativos às ferramentas de justiça digital centram-se apenas no funcionamento da tecnologia. No entanto, compreender os riscos fundamentais mais amplos é igualmente importante. Os utilizadores devem estar cientes de problemas como enviesamentos, discriminação, violações de dados ou erros na utilização da IA. A oferta de formação e de garantias abrangentes é critica para assegurar uma utilização responsável das tecnologias digitais nos sistemas de justiça.

**Citação do Diretor da FRA Sirpa Rautio:**

*«A digitalização é muito promissora para os sistemas de justiça. Pode tornar a justiça mais rápida, mais fácil e mais acessível. Mas para tirar realmente partido dos seus benefícios, temos de avaliar cuidadosamente o seu impacto total nos direitos fundamentais. Temos também de colmatar os fossos digitais e assegurar o acesso de todos à justiça, para não deixar ninguém para trás.»*

O relatório baseia-se numa análise dos direitos fundamentais de 31 ferramentas e sistemas digitais na Áustria, Estónia, França, Itália, Letónia, Polónia e Portugal. A investigação envolveu entrevistas com peritos técnicos e profissionais da justiça com experiência no desenvolvimento, na implantação ou na utilização das ferramentas.

**Para mais informações, contactar:**
media@fra.europa.eu / Tel.: +43 1 580 30 642